

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1482 | 15/07/2019 a 21/07/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MERCOSUL - UNIÃO EUROPEIA

PERSPECTIVA BILIONÁRIA

Com o tratado entre os dois blocos, agricultura e pecuária do Paraná terão acesso mais fácil a um mercado com 500 milhões de consumidores



sistemafaep.org.br

Aos leitores

Frequentemente, todos os setores da economia reivindicam janelas de oportunidades para comercializar seus produtos, de preferência no exterior, onde o pagamento acontece em dólar. Finalmente, parece que os pedidos foram atendidos. O recente acordo comercial entre Mercosul e União Europeia terá impactos positivos (e alguns nem tanto) para diversos setores da economia.

Trazendo para a realidade do agronegócio do Paraná, as primeiras informações são de que o tratado entre os dois blocos abre um universo de oportunidades. Ou seja, os produtos paranaenses, ao longo dos próximos anos, poderão chegar a 500 milhões de consumidores dos países que compõem a União Europeia. E ainda, sem qualquer taxa de exportação. Esses impactos do acordo comercial em cada cadeia produtiva do agronegócio do Paraná estão na matéria de capa deste Boletim.

Aqui vale a ressalva. Assim como os produtos paranaenses (e brasileiros) terão a porta aberta lá, os europeus também estarão desembarcando aqui. Isso significa que, em muitas atividades e culturas, a concorrência irá aumentar, tanto em quantidade quanto em qualidade. Mas claro, nada que tire o sono do produtor paranaense, acostumado a produzir com excelência.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1482:

Fernando Santos, APPA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



NOVOS MERCADOS

Acordo comercial entre Mercosul e União Europeia abre mercado de 500 milhões de consumidores para o Paraná

PÁG. 10

PULVERIZAÇÃO AÉREA

Estudo desenvolvido pela Embrapa reforça a importância da aviação agrícola no manejo das lavouras

Pág. 4

REPRESENTAÇÃO

Câmara Setorial do Leite e Derivados do Mapa terá representante da região Sul como presidente

Pág. 6

GEADA

Onda de frio na primeira semana de julho deixou rastro de prejuízo em lavouras de diversas regiões do Estado

Pág. 8

PISCICULTURA

Novidades apresentadas no PAP 2019/20 terão impacto direto na produção de peixes do Paraná

Pág. 24

NOVO CURSO

SENAR-PR lança capacitação voltada para o preparo de alimentos minimamente processados

Pág. 27

Benefícios de um Paraná livre de aftosa sem vacinação



Em razão de informações midiáticas equivocadas e em detrimento de todas as cadeias produtivas do setor agropecuário e prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social do Paraná, a Adapar vem a público esclarecer:

Para que novos e valiosos mercados possam ser prospectados, aumentando a participação mundial do agronegócio paranaense, é necessário o formal reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), da condição sanitária do Paraná de livre da febre aftosa sem vacinação.

Há muito tempo o Paraná é livre de febre aftosa, porém enquanto não houver o reconhecimento nacional e internacional desta condição, obrigatoriamente tem que continuar vacinando os rebanhos, fato que prejudica a conquista de novos mercados para seus produtos, além de exigir um desembolso pelo produtor rural da ordem de R\$ 30 milhões anuais com a aquisição das vacinas.

Desde que definiu como objetivo a obtenção do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação, os setores público e privado têm se empenhado para que o Estado tenha seu serviço de defesa agropecuária reconhecido internacionalmente, e ocupe o lugar que lhe cabe no mercado mundial de proteína animal.

A Adapar submeteu-se, em 2018, a duas auditorias por parte do Mapa, com a finalidade de avaliar progra-

mas, estrutura, capacidades técnica, financeira e administrativa do serviço de vigilância da sanidade agropecuária paranaense. O serviço de defesa agropecuária do Paraná foi o mais bem avaliado do Brasil. Aguardar que todo Bloco V (RS, SC, PR, MS e MT) se estruture para retirar a vacina não é estratégico para os produtores paranaenses, uma vez que o Estado já tem todas as condições técnicas para isso.

O novo *status* sanitário permitiria ao Paraná dobrar as exportações de carne suína, das atuais 107 mil toneladas para 200 mil toneladas por ano. Este cenário é previsto se o Paraná conquistar apenas 2% do mercado potencial, liderado por Japão, México e Coreia do Sul, que pagam mais pelo produto com reconhecida qualidade sanitária, e representam 64% do comércio mundial de carne suína. Atualmente o Paraná acessa mercados periféricos da Ásia, como Hong Kong e Singapura, mas ainda não vende para o Japão, que paga 20% a mais. Esse *status* sanitário coloca o Paraná ao lado dos principais países exportadores de alimentos, além de simplificar os requisitos de obtenção de certificado sanitário e licenças de exportação junto aos principais mercados compradores.

Portanto, a presente nota demonstra por meio de dados e informações que a suspensão da vacina contra a febre aftosa no Estado do Paraná, com consequente mudança do *status* sanitário para o Estado Livre de Febre Aftosa Sem

Vacinação haverá benefícios nas cadeias produtivas, com o aumento do valor agregado, especialmente suinícola, com potencial abertura de novos mercados. Em resumo, por três motivos é importante parar de vacinar: parar de gastar dinheiro para vacinar contra uma doença que não existe mais; tentar ampliar o comércio mundial de carnes produzidas pelo Paraná, pelo acesso aos mercados que não importam de quem vacina e, separar o Paraná do grande bloco formado por 25 Estados considerados como área livre com vacinação, isolando-o de eventual reintrodução da enfermidade e da consequente perda de *status*.

* Confira a nota completa no site www.sistemafaep.org.br, na “seção Serviços”.



Otamir Cesar Martins,
diretor-presidente da Adapar

Embrapa reforça importância da pulverização aérea para controle de pragas



Integração da aplicação às boas práticas garante um sistema de produção eficiente

A aplicação aérea de defensivos agrícolas, apesar de ser o único meio de pulverização com regulamentação própria no Brasil, ainda levanta um debate bastante polarizado. Isso acontece, principalmente, devido aos mitos que permearam a atividade por muitos anos. Diante disso, é papel fundamental da ciência desmistificar tais conceitos e promover uma discussão transparente sobre o assunto.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), publicou uma nota técnica em junho deste ano, abordando a importância da aviação

agrícola no manejo das lavouras. Ainda, destaca ações para garantir condições de segurança à atividade. Sob o título “Contribuições para requisitos em operações aeroagrícolas”, o material se baseia nos resultados de pesquisas sobre pulverização aérea, realizadas entre 2013 e 2017.

O documento faz parte do projeto “Desenvolvimento da Aplicação Aérea de Agrotóxicos como Estratégia de Controle de Pragas Agrícolas de Interesse Nacional”, para verificar a eficiência e segurança desta tecnologia, além de melhorar o controle de pragas em lavouras essenciais para a economia e a segurança alimentar e energética do país. O projeto envolveu seis centros de pesquisa da Embrapa e dez universidades parceiras, além de empresas de tecnologia, sob coordenação do pesquisador da Embrapa Paulo Cruvinel.

“Os pesquisadores foram nas empresas aeroagrícolas para acompanhar as aplicações, medir resultados, que

depois foram comprovados cientificamente”, observa o diretor-executivo do Sindag, Gabriel Colle, que também participou do estudo. “O objetivo é mostrar para a cidade e para quem conhece pouco que a atividade é segura. São estudos científicos de um órgão de pesquisa vinculado ao governo federal, que tem a função de fiscalizar e referendar a tecnologia para a agropecuária brasileira”, complementa Colle.

As pesquisas foram realizadas nas principais culturas que utilizam a pulverização aérea nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

O convênio entre Embrapa e Sindag foi renovado até 2022, com o intuito de expandir as pesquisas para outras culturas.

Tecnologia

No documento, o pesquisador da Embrapa Paulo Cruvinel aponta que “a aplicação de defensivos agrícolas, quando bem orientada, pode resolver



situações de infestações, não representando um perigo”. Ainda segundo Cruvinel, é possível fazer uma aplicação segura, desde que se respeitem esses três pontos fundamentais: boas práticas agrícolas, capacitação técnica e uso adequado da tecnologia.

O pesquisador também cita as características climáticas do país, favoráveis para a incidência de pragas e a diversidade de hospedeiros. “O que nós precisamos é trabalhar um modelo de gestão de riscos para atender a necessidade de controlar as pragas. As pragas também vão mudando ao longo do tempo. Aí a necessidade de sempre buscar práticas que sejam adaptativas às realidades. A grande questão no uso de defensivos agrícolas é a racionalidade, baseado numa métrica de ciência e de uso necessário”, explica Cruvinel, que destaca a importância de se manter o desenvolvimento de pesquisas para continuamente buscar soluções aos novos problemas que surgem.

Proibir a pulverização aérea no PR terá impactos e prejuízos

Desde maio deste ano, está em trâmite na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) o Projeto de Lei (PL) 2/2018, que pretende proibir a pulverização aérea de agroquímicos no Estado, de autoria do deputado Tadeu Veneri (PT). Além de inconstitucional, pois o setor agroagrícola possui legislação federal, a proibição pode gerar impactos e prejuízos significativos à agricultura paranaense, visto que a pulverização aérea é a única forma viável de aplicação de defensivos em algumas culturas.

No Brasil, a aplicação aérea de agroquímicos é regulamentada por uma série de obrigações e orientações técnicas, sob jurisdição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Ainda, a fiscalização é realizada por, pelo menos, cinco órgãos, como o próprio Mapa, Anac, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência de Defesa Agropecuária (Adapar) e secretarias estaduais de meio ambiente, além de normas espe-

cíficas e exigências do Ministério Público.

Além da regulamentação expressa em lei e fiscalização realizada pelos diversos órgãos de âmbito federal e estadual, a aviação agrícola brasileira possui, desde 2013, um selo de qualidade operacional e ambiental. Mais de 60% das empresas fazem parte do programa Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS), que conta com apoio do Sindag e tem coordenação da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais, e da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), em Botucatu, no Estado de São Paulo.

Na época da votação da matéria na Alep, realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a FAEP e a Adapar enviaram relatórios a cada deputado mostrando, com base em aspectos jurídicos, técnicos e ambientais, que a pulverização aérea é eficiente e fundamental para a agricultura do Paraná.

Mesmo assim, dos 13 integrantes da CCJ, apenas quatro deputados estaduais votaram pela inconstitucionalidade da matéria: Tião Medeiros (PTB), Homero Marchese (PROS), Cristina Silvestri (PPS) e Paulo Litro (PSDB).

Pesquisa da Organização das Nações Unidas (FAO), de 2014, revela que 18% dos alimentos desperdiçados no Brasil são devido à falta de acesso ao conhecimento e aporte tecnológico disponível para o manejo agrícola adequado, principalmente no combate a pragas. “É importante fazer o controle de pragas. A partir de um determinado tamanho de área, a aviação agrícola tem se mostrado mais adequada”, afirma o pesquisador.

Além disso, Cruvinel destaca a importância de conciliar competitividade e sustentabilidade. “Precisamos trazer mais conhecimento e tecnologia, me-

lhorar a resiliência e capacidade do ser humano de continuar se desenvolvendo, o uso tecnológico e a redução de impactos. Esses são elementos para desmistificar o problema. O monitoramento sempre é válido, pois existem critérios a serem seguidos”, analisa.

Ainda segundo o pesquisador e líder do projeto, a implementação de políticas públicas para orientação e conscientização é ponto-chave para o compromisso social e desmitificação da aviação agrícola. “Desmistificação significa que não podemos simplesmente abrir mão da tecnologia, nem das boas práticas”, conclui.

Ronei Volpi é indicado para presidir Câmara Setorial do Leite

Se for referendado pela ministra Tereza Cristina, Volpi será o primeiro representante da região Sul a assumir a presidência do colegiado



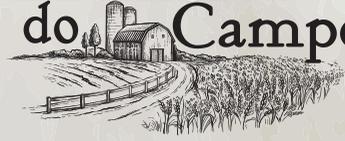
Com três décadas de dedicação ao setor leiteiro, Volpi é um dos grandes líderes da pecuária paranaense

O presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, foi indicado para presidir a Câmara Setorial do Leite e Derivados, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Um dos principais órgãos do setor, o colegiado tem por objetivo desenvolver ações e ajudar o Ministério na formulação de políticas públicas que fortaleçam a atividade. Se a indicação for referendada pela ministra da Agricultura Tereza Cristina, Volpi será o primeiro representante da região Sul a presidir a câmara.

O nome de Volpi foi indicado e aprovado por unanimidade pelo próprio setor, durante a reunião da Câmara Setorial, em 2 de julho. A nomeação unânime rompe uma dupla

tradição: em primeiro lugar, porque o colegiado tinha por praxe estabelecer uma lista tríplice, a partir da qual o Mapa escolhia o presidente; em segundo lugar, porque os últimos mandatos vinham sendo presididos por representantes de setor lácteo de Minas Gerais.

“Para o Paraná e para o Sul do Brasil, é um reconhecimento do trabalho que estamos fazendo há pelo menos 20 anos, com a criação do Conseleite, com a organização da cadeia produtiva, criação da Aliança Láctea, com o Sul se tornando a principal região produtora do país” diz Volpi. “Para mim, será uma honra presidir [a Câmara] e assessorar o Ministério na formatação de políticas e prioridades para o setor”, completa.



Desafio

De cara, Volpi vislumbra dois desafios. O primeiro deles é a implementação das Instruções Normativas (INs) 76 e 77 do Mapa, que estabelecem critérios para produção e captação de leite cru, pasteurizado e tipo A. Na avaliação do líder do setor, essas normativas vão exigir uma grande organização do segmento, mas podem implicar em avanços a partir do momento em que produtores e indústrias se estruturarem para cumpri-las.

“Essas INs vão demandar uma adequação muito grande tanto dos produtores, quanto das indústrias, em todo o processo. É uma das grandes prioridades do setor para os próximos três anos, na busca de um leite de qualidade e competitividade, que nos dê condições de participarmos de um mercado global”, avalia.

Outro ponto apontado como crucial é a posição do setor diante do recém-anunciado acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE) (leia mais na página 10). Por um lado, o produtor brasileiro de lácteos pode sofrer com a concorrência de exportadores europeus, que têm uma tradição secular na produção de leite e derivados. Por outro lado, Volpi considera que o acordo pode trazer oportunidades, já que as maiores indústrias lácteas europeias mantêm filiais no Brasil.

“Com as INs e com o acordo com a UE, o setor lácteo chega à hora da verdade. Temos uma ameaça e precisamos estar preparados para competir de igual para igual, porque o acordo deve facilitar a entrada de lácteos europeus. Por outro lado, o fato de as indústrias já estarem aqui nos abre uma oportunidade, que precisamos trabalhar com competência e harmonia”, apontou.

Atuação

Volpi é formado em medicina veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e tem um currículo que fala por si. Dedicou a maior parte de sua vida profissional à questão da sanidade agropecuária e, hoje, é diretor do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária da Agropecuária do Paraná (Fundepac). Participou da implantação da campanha contra a febre aftosa no Paraná. “Espero encerrar esse ciclo, celebrando a conquista do novo status, de área livre de aftosa sem vacinação”, afirma.

Três décadas atrás, Volpi começou na atividade leiteira, tornando-se gerente de lácteos da Cooperativa Agroindustrial Witmarsum e iniciando sua própria produção de leite – com gado holandês puro. Como líder do setor, Volpi foi um dos idealizadores do Conselho Paritário de Produtores/Indústrias de Leite do Paraná (Conseleite-PR) – primeiro colegiado deste tipo no país e que trouxe mais transparência à cadeia produtiva do Estado. O líder também esteve à frente da criação da Aliança Láctea Sul-Brasileira, que congrega representantes dos três Estados da região.

Além disso, Volpi foi superintendente do SENAR-PR por 18 anos. Foi em sua gestão que nasceram iniciativas importantes ao desenvolvimento do agronegócio e de capacitação do produtor, como os programas Empreendedor Rural (PER), Agrinho e Mulher Atual.



Piscicultura

Em 2008, o Boletim Informativo mostrou que cerca de 60 técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e da Emater participavam de um treinamento oferecido pelo SENAR-PR. O objetivo é que eles usassem o conhecimento adquirido na regularização ambiental de tanques, viveiros e lagoas destinados à produção de peixes em todo o Estado.

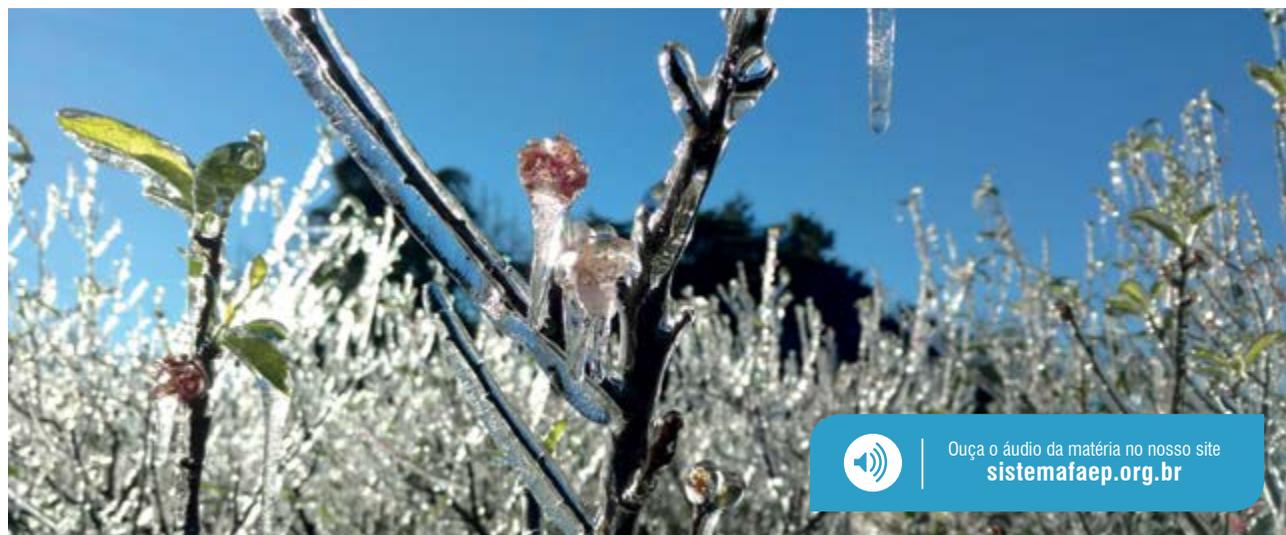
Na ocasião, a cadeia produtiva da piscicultura ainda começava a se estruturar e a falta de licenciamento ambiental era um dos entraves à cultura. Cerca de 90% dos produtores não eram licenciados, o que impedia que eles fossem contemplados com políticas de financiamento e crédito rural.

De lá para cá, a piscicultura avançou de forma exponencial em todo o Paraná. Em 2008, a produção anual era de 16,6 mil toneladas. No ano passado, o Estado se consolidou como o principal criador de tilápia, ultrapassando a marca das 129,9 mil toneladas. O potencial para os próximos anos é de mais crescimento.

Essa perspectiva de crescimento vem na continuidade da ação do Sistema FAEP/SENAR-PR. Em 2018, por exemplo, a ação da Federação foi determinante para que a piscicultura paranaense fosse reconhecida como atividade agrossilvopastoril. Desta forma, a cadeia foi incluída no Plano Agrícola e Pecuário e os produtores puderam ter acesso à linha de crédito. Isso sem falar no catálogo de cursos ofertados pelo SENAR-PR para o setor.

Onda de frio espalha prejuízos pelo Paraná

Lavouras de trigo foram bastante prejudicadas, além de plantações de hortifrúteis e pastagens



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Plantação de pêssegos em São João: produtor deixou irrigação ligada à noite toda e água congelou com a onda de frio

Por Antonio C. Senkovski

O frio mais intenso de 2019 acendeu o alerta em diversos setores da produção agropecuária do Paraná. Foram pelo menos quatro dias (6, 7, 8 e 9 de julho) com registros de geadas pelo Estado, com mais intensidade nas regiões Sul, Sudoeste, Oeste, Centro-Sul, Sudeste, Campos Gerais e Região Metropolitana de Curitiba. Os dias de paisagens congelantes agora cobram seu preço, principalmente com prejuízos em plantações de trigo, erva-mate, café, hortifrúteis, feijão e pastagens. Embora já se saiba que as perdas são inevitáveis, apenas nas próximas semanas se terá a real noção do tamanho do rombo nas contas dos produtores rurais.

Até agora, um dos cultivos, nos quais mais se projetam perdas é o trigo, em especial as lavouras que estão na fase de florescimento ou enchimento de grãos (cacho), mais concentradas em uma faixa que abrange Oeste, Sudoeste e Centro Oeste. “O frio é benéfico nas fases iniciais do desenvolvimento do trigo, inclusive com geadas. Mas as geadas tardias, nas fases de floração e de enchimento de grãos, por exemplo, causam prejuízos”, explica a engenheira agrônoma Flaviane Medeiros, do SENAR-PR. O Paraná dedica, nesta temporada, mais de 1 milhão de hectares ao cereal, conforme estimativa do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab).

O produtor Marcos Antonio Esquicato, de Ivaiporã, plantou cerca de 170 hectares de trigo. Segundo o agricultor, a geada deve causar perdas entre 80% e 90% nas suas lavouras. “Fazia tempo que não geava forte dessa maneira. Vemos várias pessoas acionando seguro agrícola e Proagro. A agência do banco estava lotada. Estamos conversando com os agrônomos e achamos que as perdas no município devem ficar em torno de 60% a 80%. Isso porque tem trigo que foi plantado mais tarde, que está em estágios mais iniciais e escapou”, conta Esquicato.

A regional de Cascavel, líder na área dedicada ao cereal no ciclo atual, enfrentou temperaturas próximas aos -4°C , no sábado, dia 6 de julho, de acordo com o Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar). Além disso, os produtores locais foram alguns dos que semearam suas lavouras de modo mais precoce. “O pessoal que teve perdas com a soja por conta do clima na safra de verão, plantou o trigo mais cedo, em abril. Esses estavam com as lavouras de trigo em florescimento ou com cachos já. Alguns produtores vieram ao sindicato e relataram problemas até de perdas totais em algumas áreas”, conta Paulo Valini, diretor do sindicato rural do município.

Há vários relatos de produtores do município São João, no Sudoeste do Paraná, que tiveram lavouras afetadas de forma significativa. “Já havia muitos anos que não via um frio com



Trigo na região de Ivaiporã foi danificado pelas geadas



Geadas atingiu até áreas incomuns, como esta lavoura em Toledo

essa intensidade. A geada foi forte nas baixadas e pegou até as regiões altas, nas quais é muito difícil gear. Não temos um número fechado, mas o que se percebe hoje pelas conversas com técnicos na região é que vamos ter de 40% a 50% de perdas sobre o total plantado no município”, revela Arceny Bocalon, presidente do Sindicato Rural de São João.

Panorama estadual

O engenheiro agrônomo do Deral, Carlos Hugo Godinho, revela que é preciso aguardar algumas semanas para se ter a real noção do volume de perdas no Estado. “Temos informações que nos levam a crer que várias lavouras vão pontualmente apresentar perda total. Em uma faixa que vai de Ivaiporã até Campo Mourão e se estende por todo o Centro Oeste, Oeste e Sudoeste, tivemos temperaturas negativas. E quanto mais para o Oeste, mais problemático, pois é onde eventualmente se planta mais cedo”, avalia. Um relatório do órgão estadual deve ser divulgado até o fim de julho.

O presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, Nelson Paludo, ratifica que as perdas são certas, mas que é preciso aguardar ao menos duas semanas para se ter uma ideia mais precisa. “A geada foi realmente muito forte e vai causar estragos significativos ao trigo, principalmente na nossa região [Toledo], que adiantou o plantio por conta dos problemas

Mais frio pela frente

O meteorologista Luiz Renato Lazinski alerta que apesar de o frio intenso ter demorado a chegar no Estado, a partir de agora as passagens de massas de ar frio devem ter uma certa regularidade. “Tivemos essa massa de ar frio extremamente forte no início de julho. Vamos ter um inverno com intensidade”, prevê.

Lazinski explica que, apesar de ter se propagado que estamos sob efeito de um *El Niño*, o tempo está mais condizentes com um ano de neutralidade. “Em anos de *El Niño*, o tempo fica mais chuvoso, as massas de ar não são tão intensas. O que nós estamos observando, de fato, é um ano em uma situação que chamamos de neutralidade. Tanto é que nós tivemos um mês de junho praticamente sem chuva e um mês de maio extremamente chuvoso. Isso é típico de um ano neutro”, enfatiza.

Para o meteorologista, os produtores precisam se preparar para outras ondas de frio, que têm potencial inclusive para trazer geadas mais tardias do que a média. “Os modelos de previsão climática de mais longo prazo continuam com essa tendência de clima neutro pelo menos até o fim do inverno. Até o fim de setembro temos chance de ter essas massas de ar fortes chegando no Paraná e com potencial de geada. Principalmente nas áreas mais altas do Estado”, alerta.

com a soja na safra de verão. O milho safrinha já estava praticamente todo colhido, então não teremos problemas [no caso desta cultura]”, aponta.

Outras culturas

Além das perdas no trigo, relatos de prejuízos são constatados em diversas culturas, como hortifrútiis e erva-mate. Pastagens foram bastante afetadas, o que vai trazer reflexos tanto para a bovinocultura de corte quando à produção de leite.

De acordo com Narciso Pissinatti, produtor rural de Londrina, o Norte deve registrar problemas com o café. Em plantações pontuais, segundo o líder sindical, houve a formação de geada. “Não foi uma coisa generalizada, mas temos relatos de algumas lavouras com prejuízo. Temos que esperar de 10 a 15 dias para ter uma noção exata”, previu.

Há lavouras de feijão da terceira safra que podem sofrer com danos, o que pode ter impacto nos preços até o fim do ano. No Paraná são apenas 2 mil hectares, nas regiões Norte Pioneiro, Norte e Noroeste. Mas a geada atingiu algumas áreas importantes de produção, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, no Sudeste brasileiro, segundo Marcelo Lüders, presidente do Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (Ibrafe). “O feijão carioca pode subir forte. Em todos os grupos recebemos imagens de lavouras perdidas com a geada”, revelou.



Acordo abre perspectiva bilionária ao agro do Paraná

Tratado comercial entre Mercosul e União Europeia deve facilitar a exportação de produtos paranaenses

Por Felipe Aníbal

O acordo de livre-comércio recém-anunciado entre o Mercosul e a União Europeia (UE) deve criar condições bastante positivas para o agronegócio

paranaense. Assim que o tratado for efetivado, a agricultura e a pecuária do Estado terão acesso mais fácil – alguns produtos, de imediato e sem tarifas – a um mercado que conta com 500 milhões de consumidores. Abrem-se, com isso, perspectivas bilionárias tanto para atividades em que o Paraná já tem tradição internacional, como o de carnes bovina, suína e de aves, quanto para produtos em que há potencial de expansão ao mercado europeu, como etanol e pescados.

Pela proposta, as tarifas de importação entre os dois blocos econômicos serão zeradas dentro de um período de dez anos. Cerca de 92% dos produtos

hoje exportados pelo Mercosul à UE serão beneficiados pela isenção. Para que passe a valer, o tratado ainda precisa ser referendado pelo parlamento de cada um dos quatro países que compõem o Mercosul e das 28 nações que fazem parte da UE. A expectativa é de isso ocorra em um período entre dois e três anos.

De cara, os termos do acordo foram bem recebidos pelo setor agropecuário do Paraná, que se vê mais perto de um mercado consumidor qualificado e com alto poder aquisitivo. De quebra, o agronegócio estadual espera que a aliança com a UE propicie um salto em tecnologia, do plantio à agroindústria.



“Nós sempre estivemos prontos para atender às exigências dos mercados mais exigentes do mundo. Mas antes havia barreiras burocráticas típicas do comércio internacional. Com o acordo, tudo tende a se tornar mais viável. É uma grande oportunidade ao agronegócio do Paraná e um incentivo para que continuemos apostando em qualidade”, definiu o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

As cifras envolvidas no negócio são impressionantes. De acordo com a análise inicial do Departamento Técnico Econômico da FAEP, o acordo envolve um universo de 780 milhões de consumidores e países que, juntos, somam

Produto Interno Bruto (PIB) de 20 trilhões de dólares. “Ou seja, 25% do PIB mundial. A perspectiva é de que nos próximos 15 anos, o fluxo de comércio, ou seja, importações e exportações entre o Mercosul e a União Europeia alcance R\$ 1 trilhão”, destaca o economista da FAEP Luiz Eliezer Ferreira.

Cotas

As tarifas não serão zeradas imediatamente para uma lista de produtos. O acordo estabelece cotas de importação e exportação com alíquotas reduzidas (veja o infográfico na página 14). Assim que a comercialização ultrapassar o vo-

lume pré-estabelecido, voltam a valer as taxas que vigoram antes da oficialização do tratado. Esse sistema deve ampliar a competitividade de produtos em que o agronegócio do Paraná já está consolidado internacionalmente.

No caso da carne de frango, por exemplo, o acordo abre a possibilidade para que o Mercosul exporte, com tarifa zero, até 180 mil toneladas por ano para UE. No ano passado, mesmo com uma alíquota de exportação de 20%, o Paraná já mantinha presença significativa no mercado europeu: embarcou 100 mil toneladas a países do bloco. Com condições comerciais favoráveis, a expectativa é de um cenário ainda melhor para a avicultura paranaense.

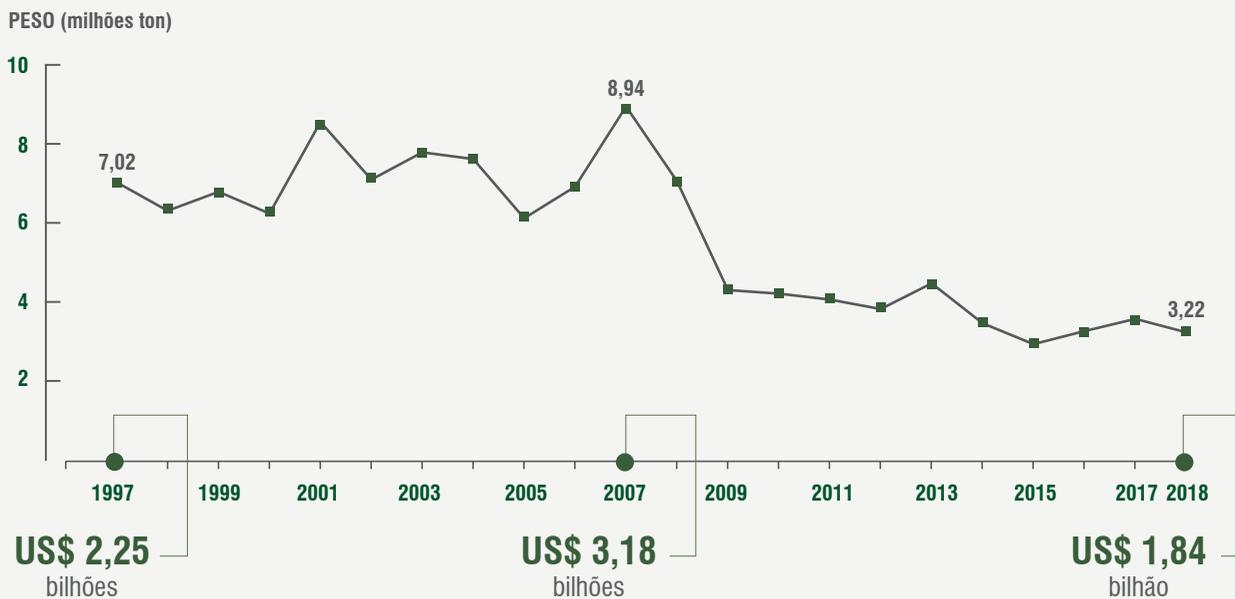
Para a carne bovina, a cota estabelecida é de 99 mil toneladas, com alíquota de 7,5% – bem menor que os atuais 20%. O Paraná, que já é um grande exportador para a UE, pode ampliar sua participação apostando em qualidade. Um levantamento da FAEP aponta que cada tonelada exportada pelo Paraná à UE foi negociada a um preço, em média, 1 mil dólares maior em relação ao exportado para a China. Isso indica o interesse do mercado europeu em cortes nobres, com maior valor agregado.

“Os europeus são mais exigentes na questão da qualidade e estão dispostos a pagar por isso. É um mercado que requer uma carne que tenha passado por um processo diferenciado. Eles querem uma carne macia, de animais jovens. Toda essa qualidade é bem remunerada, o que abre as portas para a produção paranaense de um produto de mais qualidade”, aponta o pecuarista especializado em carnes nobres Rodolpho Botelho, também presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP e do Sindicato Rural de Guarapuava.

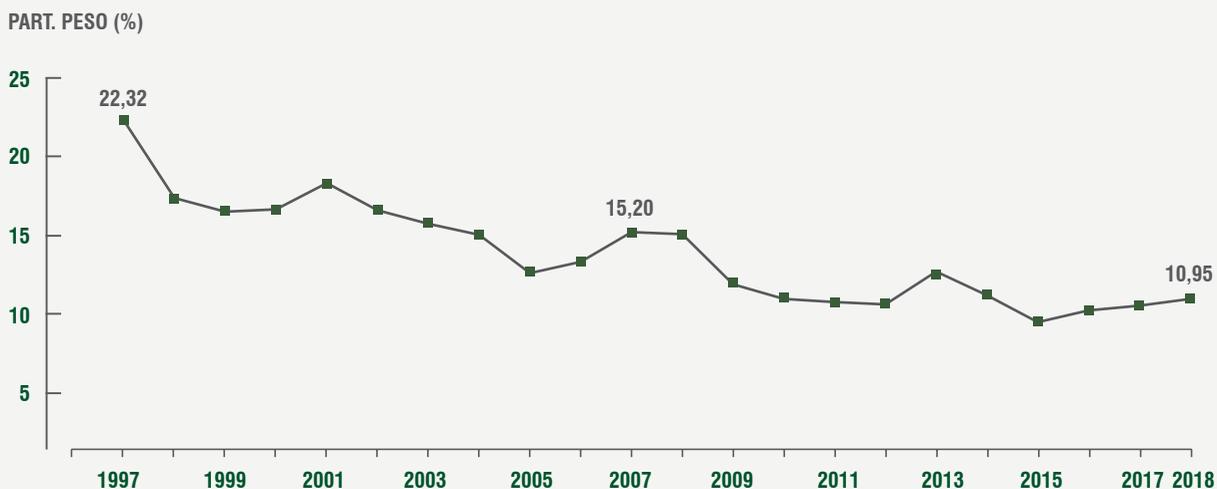
Outro setor com boas perspectivas é o do complexo sucro-energético. Foram afixadas cotas com tarifa zero para o açúcar (de 180 mil toneladas) e para o etanol (450 mil toneladas para o produto voltado à indústria e 200 mil para o combustível). Trata-se de produtos nos quais o Paraná teve participação inexpressiva no mercado europeu no ano passado – com a exportação do equivalente a pouco mais de meia tonelada de açúcar.

Exportações do Paraná para União Europeia (UE)

O desempenho das exportações do Paraná à UE, ao longo das duas últimas décadas. Veja:



Veja quanto as exportações paranaenses à UE representaram, frente ao total comercializado externamente pelo Estado



FONTE: MAPA | Elaboração: DTE/FAEP

Tarifas zeradas gradativamente

Outros produtos não tiveram cotas definidas, ou seja, poderão ser comercializados de forma livre, com taxas especiais. É o caso da tilápia, cujas tarifas devem ser zeradas entre quatro e 10 anos. Maior produtor deste pescado no Brasil, o Paraná atingiu a marca das 123 mil toneladas em 2018. As empresas paranaenses, que já miravam o mercado internacional, se veem ainda mais otimistas diante das perspectivas trazidas com o acordo.

A C. Vale, cooperativa sediada na região Oeste do Paraná, por exemplo, tem a meta de ampliar o número de abates, de 80 mil para 90 mil tilápias por dia. Embora apresente certa cautela – já que o acordo ainda precisa sair do papel –, o presidente da cooperativa, Alfredo Lang, aponta que o tratado pode abrir mercado ao pescado paranaense. Tudo vai depender, no entanto, de como o mercado se comportará e da relação de demanda.

“Caso venha a se concretizar, [o acordo] será positivo porque representará um novo mercado para comercializar nossos produtos. Nós temos planos de aumentar a produção gradativamente nos próximos anos. A velocidade com que faremos isso dependerá das condições de mercado e do interesse dos produtores em investir na atividade”, apontou Lang.

Para outros produtos – como café, fumo, óleos vegetais – e frutas – como uvas frescas, melancia, maçã e abacate – também não haverá cotas de comercialização. A importação e exportação serão a partir de tarifas reduzidas gradativamente até a desoneração total – dentro do chamado período de desgravação. Um horizonte favorável, principalmente, ao café paranaense, que já tem na UE um de seus grandes mercados. No ano passado, o Estado exportou 23 mil toneladas ao bloco europeu – o que corresponde a quase um terço das vendas externas do grão produzido no Paraná.



Salvaguardas e princípio da precaução

O tratado prevê, ainda, alguns mecanismos para proteger setores que, eventualmente, venham a apresentar dificuldades em razão das facilidades comerciais entre os blocos. Entre elas, as medidas de salvaguardas, que tem por objetivo, aumentar temporariamente, a proteção a setores que estejam sofrendo grave prejuízo em função do aumento das importações. Nesse período, o setor em ameaça teria

condições de se reorganizar e recuperar a competitividade.

Outro ponto que merece atenção é o princípio da precaução, por meio do qual a UE poderá barrar os produtos agrícolas brasileiros “com base em critérios, até agora, arbitrários, em aspectos relacionados à saúde humana, animal ou vegetal e ainda referentes ao meio ambiente, este princípio seria ativado sempre que riscos fossem detectados, mesmo não havendo análise científica”, aponta o economista da FAEP Luiz Eliezer Ferreira.

Lácteos

Se por um lado o acordo promete criar condições favoráveis a alguns produtos, outros setores – como a pecuária leiteira e a viticultura – terão que se reorganizar para fazer frente aos produtos europeus. Com tradição secular na produção de lácteos e de vinhos e com altos subsídios governamentais, os países da UE tendem a ser mais competitivos nesses segmentos, o que pode favorecer a entrada maciça dos produtos europeus em países do Mercosul. Para o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, o setor lácteo brasileiro terá que investir em qualidade, principalmente nos próximos dois anos.

“As condições do acordo devem facilitar a entrada de lácteos, que virão competir com o nosso produto. Se não estivermos preparados para competir de igual para igual, teremos aí uma ameaça bastante preocupante”, ressalta.

Por outro lado, Volpi vislumbra que o tratado pode implicar em oportunidade considerável para o setor. Isso porque as principais indústrias lácteas europeias mantêm filiais no Paraná. Ele acredita que a produção paranaense poderia se destinar a essas empresas, que voltariam a comercialização dos produtos processados ao mercado internacional.

“Essas indústrias podem avançar a produção local, com o produtor participando do mercado exportador por meio dessas empresas, mandando os produtos não só para a Europa, mas para o resto do mundo. Vejo como uma oportunidade, mas que tem que ser trabalhada com competência e harmonia”, destaca Volpi. “Eu tenho uma expectativa de que diminua o número de produtores, mas, por outro lado, haja o aumento da produção. Vão se exigir ganhos em escala para se manter competitivos”, acrescenta.

Cotas tarifárias

Veja os principais produtos que serão negociados com taxas reduzidas ou zeradas, mas com cotas

Produto	Tarifa Atual	Cota com acordo
Carne Bovina	20%	99 mil toneladas, com tarifa de 7,5%. Volume crescente em cinco anos
Carne de Frango	20%	180 mil toneladas. Volume crescente em cinco anos
Carne suína	20%	25 mil toneladas, com taxa de € 83 por tonelada
Açúcar refinado	€ 98 por tonelada	180 mil toneladas
Etanol	€ 0,10/litro*	450 mil toneladas para a indústria e 200 mil toneladas para combustíveis ou outros usos, com taxa de € 0,03/litro*
Queijos	28%	30 mil toneladas
Leite em pó	28%	10 mil toneladas

* tarifa se refere ao etanol para combustíveis

Livre-Comércio

Veja alguns produtos que serão comercializados de forma livre, de quanto será a tarifa e o período em que elas vão vigorar até a desoneração

Produto	Tarifa	Período de desgravação*
Café	9%	4 anos
Fumo manufaturado	De 10% a 75%	7 anos
Fumo não manufaturado	De 5% a 11%	4 anos
Pescados		
Pescados frescos	Livres comércio imediato	
Tilápia congelada	Tarifas zeradas entre 4,7 anos e 10 anos	

* período ao fim do qual tarifa será zerada. Redução ocorrerá de forma gradual

FONTE: MAPA | Elaboração: DTE/FAEP



Abertura permite importação de tecnologia pelo Estado

Ao longo das duas últimas décadas, a participação da UE como destino das exportações brasileiras encolheu consideravelmente. Em 1997, mais da metade do que o agronegócio do Brasil comercializava internacionalmente tinha os europeus como consumidores finais. No ano passado, essa participação havia caído para 15%. Isso não quer dizer que o Brasil tenha visto suas exportações se reduzirem, mas que a produção brasileira passou a ser escoada, também, para outros mercados, como os países árabes e a China.

No caso do agronegócio do Paraná, o movimento foi semelhante. O volume exportado para a UE, também nas últimas duas décadas, caiu de 7 milhões para 3,2 milhões de toneladas: queda de 54%. O montante movimentado com essas vendas também reduziu, mas em um ritmo bem menor: de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 1,9 bilhão. Apesar dessa redução, o Paraná está ganhando mais na média por tonelada – o que indica que o Estado passou a exportar um produto melhor remunerado.

“Isso revela que estávamos exportando menos, mas com valor agregado muito maior. Essa é a tendência de consumo da Europa: produtos com maior valor agregado”, destaca o economista da FAEP Luiz Eliezer Ferreira. “Do valor das exportações brasileiras para a UE, o Paraná chegou a responder por 22%. Essa participação foi caindo, muito em função do crescimento de outros mercados. Agora, com o acordo, a expectativa é de que os europeus retomem a importância como mercado consumidor”, acrescentou.

Para além disso, outro ponto destacado como positivo é o fato de o agronegócio do Paraná ter acesso a um dos mercados reconhecidos como mais exigentes do mundo – como a União Europeia –, o que pode abrir as fronteiras de outros países a produtos paranaenses.

“A UE é o mercado que todos os países gostariam de acessar. Além do poder aquisitivo, é um bloco que tem maiores exigências sanitárias e burocráticas. Vender para a UE seria como ter um selo, que, certamente, tornaria outros mercados mais facilmente acessíveis aos nossos produtos”, diz o diretor-executivo da Frimesa, Elias Zydek.

As perspectivas de formalização do acordo caminham juntas a outra bandeira do Paraná: o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação – o que deve ocorrer em 2021. Com o tratado concretizado e com o novo *status*, Zydek acredita que a pecuária paranaense teria condições sólidas de se focar ainda mais no mercado europeu.

Em outra esteira, a expectativa é de que o acordo facilite a importação de tecnologia. Representantes do setor agropecuário paranaense apontam que a tendência é de que isso possa catapultar a modernização do setor, do campo às indústrias. “Hoje, importamos máquinas com 40% de tributos. O acordo facilitaria o custo e traria condições para que se implante, de fato, conceitos como ‘Agricultura 4.0’, tecnologia embarcada e bioengenharia”, aponta Zydek.

“Essa troca de tecnologia deve acontecer em todos os setores do agronegócio, agregando novos processos, novas máquinas. Podemos ter um salto em qualidade no processo produtivo agropecuário do Brasil”, opinou Roldolfo Botelho, presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP

Um dos mais incríveis acervos do mundo

Museus do Vaticano abrigam obras-primas e documentos desde a época egípcia até a Renascença, acumuladas ao longo dos papados

Na prática, o Vaticano é uma estrutura murada com *status* de Estado soberano, governado pelo papa, que cumpre o papel de um monarca absoluto. Menor país do mundo, o Vaticano ocupa 430 mil metros quadrados e apenas 800 moradores, no bairro Pratti de Roma, na Itália.

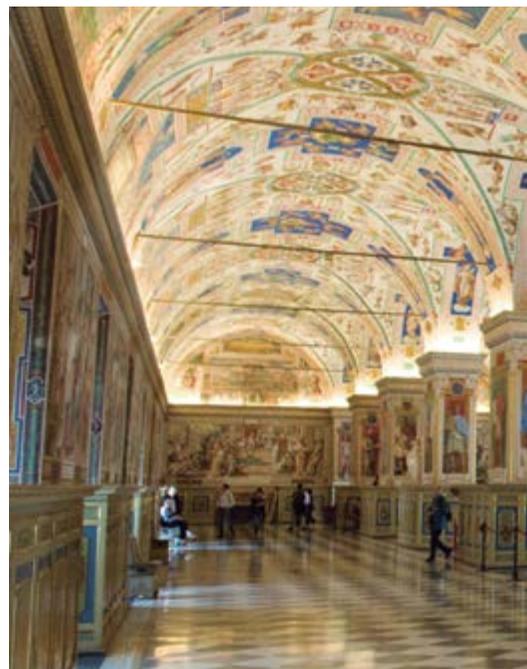
Dentro do Vaticano estão alguns dos pontos turísticos religiosos mais visitados do mundo, inclusive os Museus do Vaticano. A denominação no plural é em função da série de museus, interligados entre si, instalados em Palácios construídos originalmente para os papas do Renascimento.

Os Museus do Vaticano abrigam obras-primas e documentos desde a época egípcia até a Renascença. O papado vem acumulando um significativo acervo de obras de arte desde a Idade Média. Algumas remontam a história do Império Romano. Muitas dessas obras eram mantidas nas antigas residências papais, o Patriarcado de Latrão.

Entre as peças mais importantes e conhecidas estavam a Loba Capitolina, a estátua equestre de Marco Aurélio e fragmentos de duas estátuas colossais representando Constantino. Em 1503, foi criado no Vaticano, pelo Papa Júlio II, o Pátio Belvedere, espaço para receber parte da sua coleção de arte pessoal e outras que haviam sido descobertas em escavações, como o Apolo Belvedere.

Porém, durante o período da Contra-Reforma, a coleção reunida pelo Papa Júlio II foi dissolvida pelo Papa Pio V, preservando apenas as peças que não tinham ligações com a Antiguidade pagã. As demais peças foram transferidas para o Antiquarium do Capitólio, hoje conhecido como Museus Capitolinos, e outras foram para coleções privadas da nobreza italiana.

No início do século XVIII, o interesse por colecionar peças de arte voltou a aparecer entre os papas, não apenas por causa do valor estético, mas também para documentar a história primiti-



va da Igreja. Nesse período iniciou-se o estudo da antiguidade. Foram realizadas escavações arqueológicas por vários lugares da Itália. Com isso, Roma se tornava o maior centro de comércio arqueológico da Europa.

Na segunda metade do século, os papas Clemente XIV e Pio IX deram grande impulso ao colecionismo. Criaram leis para impedir a evasão de antiguidades da Itália, compraram coleções inteiras de nobres falidos, empregaram uma grande equipe de restauradores para recuperar as antiguidades adquiridas e reformaram partes do Vaticano para receber esse acervo que crescia



rapidamente. Assim foi fundado o Museu Pio-Clementino.

Em 1798, com a invasão de Roma por Napoleão Bonaparte, muitas obras das coleções foram confiscadas e enviadas a Paris, dentre elas o Apolo Belvedere e o Laocoonte. Isso desfalcou seriamente o acervo papal. O Papa Pio VII procurou compensar essas perdas adquirindo uma grande quantidade de outras peças. Proibiu a saída de antiguidades dos Estados Pontifícios. Fundou o Museu Chiaramonti e construiu o Braccio Nuovo e a Galeria Lapidaria para lápides e epígrafes antigas. Também indicou o escultor Antônio Canova como Inspetor-Geral de Antiguidades

e Belas Artes. Em 1816, ele conseguiu trazer de volta para Roma parte das obras tomadas por Napoleão.

O Papa Gregório XVI continuou a obra de seus antecessores fundando o Museu Etrusco (1828), o Museu Egípcio (1839) e o Museu Gregoriano Profano de Latrão (1844). Esse último continha uma coleção seleta de peças romanas de caráter pagão que não foram consideradas adequadas para permanecerem em exposição nos recintos do Vaticano. Em 1910, o Papa Pio X criou o Lapidário Hebreu, com inscrições de antigos cemitérios judeus de Roma, doadas pelos marqueses de Pellegrini-Quarantotti.

A Pinacoteca Vaticana foi criada por Pio XI em um edifício especialmente construído para ela. Em 1926 foi fundado o Museu Missionário-Etnológico. João XXIII reorganizou as coleções do Museu Gregoriano Profano, do Museu Pio-Cristão e do Lapidário Hebreu e as transferiu do Palácio de Latrão, atual edifício dentro do Vaticano que foi inaugurado em 1970. Em 1973 foi criada a Coleção de Arte Religiosa Moderna e Contemporânea, sendo instalada nos Apartamentos Borgia. No mesmo ano, foi organizado o Museu Histórico do Vaticano, com uma série de retratos papais expostos nos apartamentos papais de Latrão e uma seção de caruagens e automóveis.

No itinerário dos Museus Vaticanos estão incluídos os Palácios Vaticanos. Neles encontram-se outros espaços e coleções de grande importância como a Capela Sistina, as Salas de Rafael, a Galeria dos Mapas, a Galeria das Tapeçarias, a Galeria dos Candelabros e os Apartamentos Borgia.

A partir de cursos do SENAR-PR, gestor recoloca propriedades nos trilhos

Ao longo dos últimos oito anos, Eriel Alves de Oliveira já levou mais de 50 capacitações para qualificar colaboradores



Produtor Eriel Alves de Oliveira: “Temos que elevar a eficiência dos nossos recursos para atingir resultados”

Por Bruna Fioroni

“A fazenda tem que ser administrada como uma empresa”. A afirmação do gestor em agronegócio Eriel Alves de Oliveira resume o desafio do profissional que, em 2011, deixou o setor industrial para gerenciar uma propriedade rural. Naquele mesmo ano, Oliveira deu início a uma das ações que classifica como fundamental para o desenvolvimento dos negócios: capacitar colaboradores da fazenda.

Com a ajuda do SENAR-PR, em oito anos, o gestor já levou mais de 50 cursos aos funcionários de duas propriedades rurais. E garante que a qualificação da mão de obra é essencial

para otimizar a produtividade. “Temos que elevar a eficiência dos nossos recursos para atingir resultados. Não adianta ter alta tecnologia se a mão de obra não é qualificada para operar esse equipamento. Além disso, a empresa tem que ser economicamente viável em consideração aos aspectos sociais, sempre visando o bem-estar dos colaboradores. Eu encontrei no SENAR-PR tudo que a gente precisa para melhorar nosso negócio”, conta.

Além de participar dos treinamentos junto com os colaboradores, Oliveira teve contato direto com o SENAR-PR antes de iniciar seu trabalho de gestão nas propriedades rurais. “Eu fiz o PER [Programa Empreendedor Rural] muito antes de as-



Colaboradores durante um dos cursos ministrados na fazenda



Oliveira com equipe da propriedade, em mais uma capacitação

sumir esse trabalho, acho que foi ali que tudo começou. É muito interessante a gente ter esse conhecimento”, aponta.

Trajectoria

Entre 2011 e 2016, Oliveira administrou uma propriedade em Roncador, na região Centro Ocidental do Paraná. Posteriormente surgiu um novo desafio: colocar a fazenda Bele Tele, em Mato Rico, na região Centro-Sul do Estado, nos trilhos. A propriedade de cerca de 770 hectares estava destruída e prestes a declarar falência, devido, principalmente, a enorme quantidade de dívidas.

“Quando comecei, a fazenda não tinha um programa de gestão. Produzia pouco e o lucro mal pagava os juros das dívidas. Então montei todo o sistema e mostrei, por meio de números e dados, que a fazenda era produtiva, mas precisava de investimento. Foi feita uma renegociação, juntamos alguns recursos para estabilizar. Demos um passo para trás e, então, avançamos”, relata.

Nesse meio tempo, o proprietário faleceu, deixando a esposa e os filhos responsáveis pelo negócio. Apesar do momento conturbado, todos concordaram em seguir em frente com o projeto de recuperação da fazenda. “Conseguimos reestruturar o negócio com mudanças de comportamento. A fazenda já tinha estrutura boa, então com os treinamentos do SENAR-PR, mudamos a visão dos colaboradores”, destaca o gestor.

Qualificação + formação social

Diversas capacitações nas mais variadas áreas foram realizadas para contemplar todas as atividades que acontecem na propriedade, desde mecanização, Manejo Integrado de Pragas (MIP), casqueamento e ordenha até cursos de gestão rural. Na parte agrícola, a fazenda produz soja e milho e, no inverno, aveia. Há também criação de gados de corte e de leite, tudo por meio da Integração Lavoura Pecuária (ILP). Ainda, estão começando a implantar criação de ovelhas.

De acordo com Oliveira, o primeiro ano de trabalho já trouxe resultados positivos, com bons lucros. Ainda que a dívida não esteja totalmente paga, a propriedade possui um plano de negócios e as atividades estão sendo desenvolvidas por pessoas mais capacitadas. “A fazenda voltou a ser uma empresa rural. Agora o trabalho é de investimento em tecnologia e foco no crescimento da produtividade”, observa.

Em 2016, a média de produtividade na soja estava em torno de 52 sacas por hectare. Na safra colhida em 2019, os números foram cerca de 70 sacas por hectare. Em relação ao milho, em 2016, foram colhidas 167 sacas por hectare, contra 200 sacas por hectare neste ano. Já na pecuária leiteira, em 2016, a produtividade média diária por animal era de 11 litros, enquanto neste ano, cada animal está produzindo cerca de 25 litros de leite/dia. Na pecuária de corte, no sistema de cria, a eficiência era de 65% há três anos. Em 2019, subiu para quase 90%.

“É uma relação de ganha-ganha”, define o gestor. “O SENAR-PR é um parceiro fundamental e indispensável, principalmente porque oferece tudo isso gratuitamente. É uma entidade séria que traz coisas concretas e têm muito a oferecer. As empresas rurais necessitam muito disso. Com esses treinamentos, eu fico cada vez mais motivado porque tenho visto uma transformação muito grande”, complementa.

Para Oliveira, um dos pontos mais importantes, além da capacitação técnica, são os cursos de Promoção Social, que também leva aos funcionários. “Os colaboradores precisam de educação nas questões psicológica, social e familiar. O SENAR-PR apoia os lados social e humano, sustentabilidade e bem-estar, promove a mudança de comportamento. Isso reflete na sociedade”, elogia.

Prejuízo em emergência com javalis pode chegar a R\$ 50 bi

Estudo alerta para a necessidade de se promover medidas de controle da população do animal invasor

Um possível problema sanitário na população de javalis relacionado à febre aftosa ou à peste suína clássica seria catastrófico para a criação comercial de animais no Brasil. O estudo realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que, em uma situação hipotética de que o vírus de uma dessas doenças atinja a população de javalis, os prejuízos partiriam de R\$ 3 bilhões, com potencial para atingir R\$ 50 bilhões. Para se ter ideia, esta quantia representa mais do que todo o valor bruto agropecuário paranaense em 2017 - R\$ 41,9 bilhões.

“A ideia desse estudo partiu da necessidade de entendermos qual seria o impacto se uma doença atingisse os javalis e, posteriormente, fosse introduzida nos nossos rebanhos comerciais. Projetando casos de peste suína clássica ou febre aftosa nos suínos asselvajados na região Sul [Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul], só aí já se começa a ter perdas a partir dos R\$ 3 bilhões”, alerta Ana Ligia Lenat, zootecnista da CNA, que ressalta o fato da população de javalis estar espalhada por todo o Brasil.

Em um contexto em que a população de javalis espalhasse vírus para outros lugares do país, a conta fica ainda maior, segundo a pesquisadora. “Os javalis são suscetíveis a diversas doenças que podem ser espalhadas para outros animais de interesse comercial. Então, isso não é restrito à suinocultura. Às vezes, pela semelhança dos animais, as pessoas fazem essa relação, que na verdade não existe. Se a gente considerar a hora que um surto se espalhasse pelo Brasil e atingisse outros rebanhos, como o bovino, esse valor poderia passar dos R\$ 50 bilhões”, ratifica Ana.



O controle dos javalis que circulam pelo país, segundo Ana, é a única forma de se promover uma redução dos prejuízos que podem ser causados pela espécie invasora. “Hoje não se fala nem em erradicação, porque o rebanho é tão grande e tão espalhado que a gente não consegue mais. Mas é crucial haver um controle dessas populações para que não corram o risco de contaminar os nossos animais de criação comercial e também não destruam as lavouras”, lembra.

Conhecer a espécie

Mauro de Moura Britto, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), ressalta a necessidade de se fazer estudos específicos de análise dos animais que circulam em cada região para pensar em ações de controle mais efetivas. “Esse animal que está se ambientando ao nosso sistema não é mais o javali como aqueles primeiros que apareceram vindos da Europa. Essa mistura sucessiva com animais domésticos gerou um javali muito maior, que chega a 400 quilos e que precisa ser melhor estudado para conhecermos alguma vulnerabilidade dele. Na erradicação, particularmente, não acredito mais. Temos que trabalhar no controle”, confirma.

Exército

No Brasil, o controle do javali é realizado pelos manejadores da espécie, que fazem o abate dos animais seguin-



Ana Lígia Lenat, zootecnista da CNA

CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista;
- Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de **QR Code**.



do procedimentos rigorosos e constantemente fiscalizados pelas autoridades competentes. Primeiro, é necessária uma inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF) e emitir um certificado. Então, o interessado precisa de uma autorização de manejo no Sistema de Monitoramento de Fauna (Simaf). Para poder utilizar arma de fogo, um registro junto ao Exército é requisito (confira um passo a passo no site do Ibama: www.ibama.gov.br/javali#passo-a-passo).

Sobre a parte que cabe ao Exército, o subtenente Cleison Julio Cavalheiro lembra que é preciso de muita seriedade e comprometimento dos envolvidos em todo o processo. O militar esteve presente, junto com o subtenente Diones Junior Rempel, na reunião da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, no dia 4 de julho, em Curitiba, para tirar dúvidas dos integrantes do grupo a respeito do combate ao javali.

“Temos que lembrar que o javali recebeu um aliado muito forte, que é o próprio homem. É preciso encontrar formas de, antes de combater o animal, combater comportamentos do próprio ser humano”, alerta Cavalheiro.

Sobre uma possível interferência do Exército no controle de javalis, Rempel destacou a necessidade de uma legislação específica. “Existe a expectativa de que o Exército Brasileiro tenha uma atuação direta no controle. Apesar de sermos Exército, somos também administração pública. A interferência direta é uma discussão ampla e o caminho correto para cogitar essa possibilidade é pela mobilização de legisladores para levar discussão a Brasília”, explicou.



Problemas gerados pelos javalis no BI

Na edição 1479 do Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR, mais precisamente na página 9, foi publicada matéria que trata dos problemas causados pela espécie invasora no Brasil. O material traz detalhes sobre a importância do controle da população e também ensina como diferenciar javalis e javaporcos (porcos asselvajados) de queixadas e catetos, estas espécies nativas e que proporcionam o equilíbrio do ecossistema. Para ler o conteúdo completo basta acessar o site www.sistemafaep.org.br, na seção “Outras Edições”, número 1479.

Pecuária paranaense comemora primeiros resultados em 2019

Após ano de recorde na produção de carne bovina, Estado mantém a ascendência na curva



Por Guilherme Dias
Zootecnista do DTE
Sistema FAEP/SENAR-PR

A pecuária do Paraná vem mantendo os bons resultados produtivos de 2018, segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados divulgados no dia 13 de junho atestam que o Estado abateu 338,7 mil cabeças no primeiro trimestre deste ano, recorde para o período na série histórica, ultrapassando 2013, com 328,7 mil cabeças. As informações preliminares de 2019 demonstram crescimento de 3,5% nos abates totais frente a igual período de 2018, superando o desempenho nacional, que aumentou em 2,23%.

Entre as categorias, o total de bovinos machos teve recuo de 1,3% na participação, decomposto em -0,01% para bois, e -16,5% para novilhos. As fêmeas, por sua vez, tiveram seus números acrescidos em 10% do volume, com aumento de 8,5% para vacas e impressionantes 14,7% para as novilhas.

A tabela acima e os gráficos na página seguinte ilustram a participação individual de cada categoria nos abates dos primeiros trimestres dos últimos sete anos.

Esse volume de abates corresponde a uma produção total de 82,1 mil toneladas de carne bovina, que também supera o recorde anterior para o período, de 79,4 mil toneladas no ano passado. O peso médio das carcaças totalizou

Participação por categoria nos abates

CATEGORIA	1º TRI/18	1º TRI/19	VARIAÇÃO
Bois	171.320	171.307	-0,01%
Novilhos	15.127	12.619	-16,58%
Total machos	186.447	183.926	-1,35%
Vacas	107.408	116.633	8,59%
Novilhas	33.270	38.165	14,71%
Total fêmeas	140.678	154.798	10,04%
Total abates	327.125	338.724	3,55%

Fonte: IBGE, 2019; Elaboração DTE/FAEP

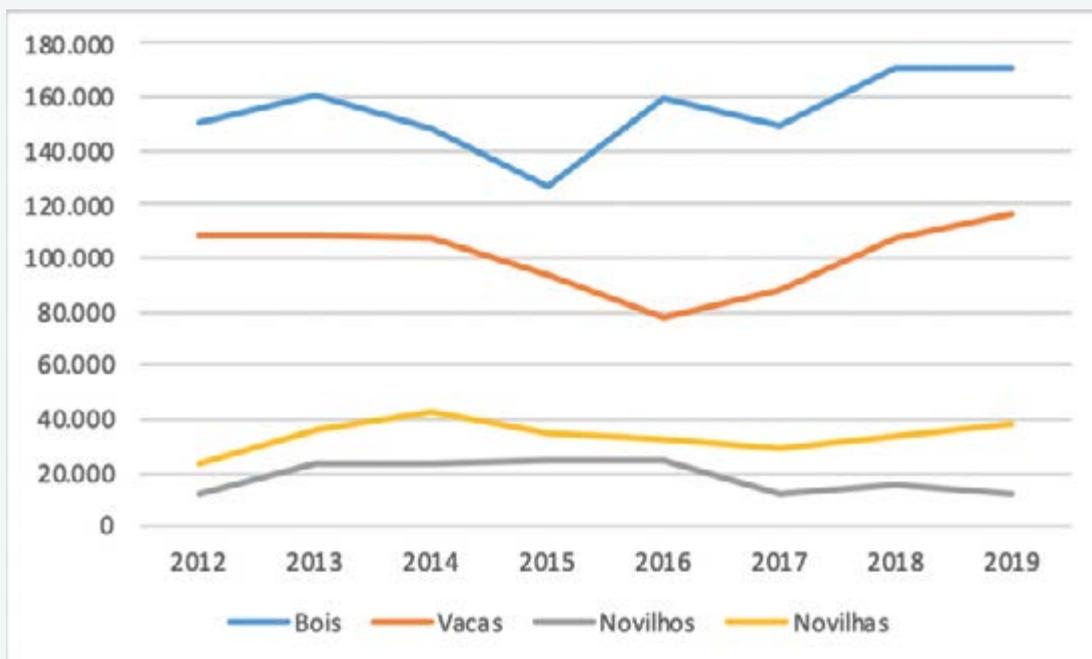
242,58 quilos/cabeça, mantendo o desempenho individual verificado em 2018.

As cotações da arroba (gráfico na página ao lado) próximas ao recorde histórico no início do ano colaboraram para esse desempenho. O levantamento de preços realizado pelo Cepea aponta que, em abril de 2019, a arroba atingiu o patamar máximo da série histórica em valores nominais, sendo cotada a R\$ 158.

O bom escoamento de carne bovina no mercado externo também favoreceu o aumento nos abates. Nos primeiros cinco meses do ano, o Paraná exportou 15,2 mil toneladas, algo que não ocorria desde o mesmo período de 2005. Esse volume gerou US\$ 57 milhões, recorde de faturamento para o período.

A carne bovina paranaense foi enviada a 40 países, dos quais destacam-se Hong Kong, com 5 mil toneladas, Israel, com 3,6 mil toneladas, Rússia, responsável por 2,1 mil toneladas, e Chile, que adquiriu 1,2 mil toneladas. Apesar dos bons resultados, os dados representam preocupação para os terminadores no médio e longo prazos. Com maior participação das fêmeas nos abates totais, projeta-se um cenário de redução na oferta de animais de reposição, em um contexto de perda de poder de compra do investidor.

Abates por categorias, no primeiro trimestre de cada ano



Fonte: IBGE, 2019; Elaboração DTE/FAEP

Cotação nominal da arroba (R\$)



Fonte: CEPEA, 2019; Elaboração DTE/FAEP

Dados do projeto Campo Futuro, da CNA, apontam que, em 2019, o pecuarista precisa desembolsar 8,91 arrobas para a aquisição de um bezerro (maio/2019), 3% a mais do que igual período do ano anterior. Em se tratando de um fator de produção que representa 65% do Custo Operacional Efetivo (que compila todos os desembolsos) de propriedades que praticam a recria e engorda dos animais, os dados inferem que é necessário cautela na compra da reposição.

A profissionalização das atividades rurais é inevitável. A busca por informações sobre seu negócio e sua análise em cursos de curta, média ou longa duração auxiliam o produtor a desenvolver uma visão ampla de suas atividades. Para isso, o SENAR-PR oferece as capacitações de “Introdução à Gestão Rural”, “Programa Negócio Certo Rural” e “Programa Empreendedor Rural (PER)”. Para participar das turmas, é preciso procurar o sindicato rural local ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR.

Novidades do PAP para alavancar a produção de peixes

Fim da exigência de RGP para operações de crédito e fixação de preços de referência foram as principais inovações

Por André Amorim

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/20 anunciado no dia 18 de junho pelo governo federal não trouxe muitas surpresas para os produtores paranaenses. Volume de recursos quase igual ao do exercício anterior e taxas de juro mais caras, como já era aguardado pelo mercado.

Porém, uma das novidades do plano diz respeito à área da aquicultura, atividade que ganha cada vez mais relevância no Paraná, líder na produção de tilápia no Brasil. Este ano, o plano traz a possibilidade de empresas, associações e cooperativas aquícolas financiarem sua comercialização. Também foram estabelecidos preços de referência para a aquisição do peixe por empresas.

De acordo com o diretor substituto da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Antonio Luiz Machado de Moraes, os preços de referência foram fornecidos pela Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Mapa, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e constam no Manual de Crédito do Banco Central (BC). “Esses preços devem ser usados como referência na determinação do valor a ser financiado. As referidas empresas, por sua vez, não poderão pagar ao produtor rural preço inferior aos de referência, na aquisição de produtos da pesca e da aquicultura. As taxas de juros desses financiamentos são 8%, quando realizado pelo produtor rural ou sua cooperativa, e livre [taxa de mercado] quando for realizado pelas referidas empresas”, afirma.

Para a tilápia, o preço de referência ficou em R\$ 4,50 o quilo. “O ideal seria R\$ 5 o quilo, mas o valor para este momento está adequado. Considero um avanço, pois o produtor precisava ter um preço de referência”, avalia o presidente da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), Francisco Medeiros.



Segundo o projeto Campo Futuro, desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Custo Total de Produção de tilápia (que inclui, além do custo operacional total, os custos com oportunidade dos bens e capital, do capital circundante e da própria terra) em 2018 ficou em R\$ 3,91 em Palotina e R\$ 3,99 em Toledo, ambas na região Oeste, maior produtora do Estado. Desta forma, ainda que as margens sejam pequenas, o valor é remunerador.

Para Reni Girardi, gerente da Divisão Industrial da cooperativa C.Vale, “ter um valor de referência que cubra os custos de produção e viabilize a atividade pode ajudar bastante e reduzir o risco de fechamento de frigoríficos e a consequente desarticulação de cadeias produtivas”.

Em 2018, a cooperativa processou mais de 11 mil toneladas de pescado. “Para esse plano [PAP 2019/20] funcionar, vai depender do valor de referência e do custo da linha de crédito. Acredito que o melhor é envolver produtores, frigoríficos e governo para definir esses dois pontos. A viabilidade da proposta vai depender disso”, considera Girardi.

Segundo Medeiros, da Peixe BR, a existência de linhas de crédito voltadas à piscicultura no PAP não é uma novidade. “Já houve em outros anos e quem mais captava esses recursos era o Paraná”, observa. Na opinião do dirigente, a principal necessidade desta cadeia produtiva está nos recursos para custeio. “A ração fica em torno de 70% do custo de produção. Isso é muito pesado. Se o produtor recebe investimento para custeio, ele pode comprar [a ração] de forma antecipada, em uma condição melhor”, avalia.

No documento conjunto elaborado pela FAEP, Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab) encaminhado ao Mapa em



Produção paranaense procura ponto de equilíbrio

Segundo dados da Peixe BR, o Brasil produziu 722 mil toneladas de peixes de cultivo em 2018, indicando um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. Na tilápia, o crescimento foi de 11,9% em relação ao mesmo período, fechando 2018 com 400 mil toneladas.

Deste volume, 123 mil toneladas, mais de 30% do total, vieram do Paraná, maior produtor nacional desta variedade de peixe. O segundo colocado é São Paulo com 69 mil toneladas, quase metade da produção paranaense.

Apesar de crescente, a produção paranaense de tilápia ainda não encontrou seu ponto de equilíbrio para crescer com segurança e sustentabilidade. “O desafio está em implantar condições de consumo e oferta constantes, pois o custo fixo dos frigoríficos é muito alto”, avalia o médico veterinário do Sistema FAEP/SENAR-PR Alexandre Lobo Blanco. “Do lado da demanda, é preciso pensar em promoções e ações para criar novos hábitos de consumo. Já do lado da oferta, são necessárias ações tecnológicas voltadas ao cultivo de inverno, pois nas estações mais frias o peixe tem menor desempenho econômico e produtivo”, exemplifica.

Ainda, a comercialização também aparece como um gargalo na atividade, fazendo com que os produtores criem alternativas. “Nós com alguns produtores criamos uma associação de piscicultores que faz, uma vez por mês, uma feira do peixe vivo, para ajudar na comercialização. Em Toledo, tem um frigorífico, mas o custo do frete começa a inviabilizar a atividade. Já tivemos algumas experiências de levar pra Toledo, mas o transporte tira boa parte da margem dos produtores”, avalia Miguel Luiz Severino Alves, presidente do Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul, município distante 180 quilômetros de Toledo.

Na visão do presidente da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), Francisco Medeiros, a realidade de produção paranaense difere bastante da encontrada nos outros Estados produtores. “Houve um crescimento vertiginoso nos últimos anos, uma estrutura muito boa de pequenos e médios frigoríficos no Oeste do Estado. Para continuar crescendo é preciso uma reestruturação dos negócios. Se os pequenos [piscicultores] não se agruparem, em associações ou cooperativas, terão dificuldade de colocar o produto no mercado”, avalia.

março deste ano, os representantes do agronegócio paranaense indicavam a necessidade de aumentar os limites do crédito para custeio das atividades de integração (avicultura, suinocultura e piscicultura) de R\$ 200 mil para R\$ 250 mil por atividade.

De acordo com o Mapa, no ano agrícola de 2018/19, os financiamentos para pesca e aquicultura totalizaram R\$ 626 milhões nas modalidades custeio, investimento e comercialização, com contratos de 14 mil operações feitas pelo segmento. No custeio, contabilizou R\$ 484 milhões, na linha de investimento somou R\$ 109 milhões e na comercialização, R\$ 32 milhões, em todo Brasil.

Menos burocracia

Talvez a novidade mais comemorada pelo setor no âmbito do PAP 2019/20 foi o fim da exigência do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). O documento era uma exigência para operações de crédito. Porém, com o fim do Ministério da Pesca durante o governo Dilma Rousseff, o sistema para emissão do RGP ficou fora do ar, deixando milhares de produtores desassistidos. “Considero um avanço considerável. Ano passado houve muitos problemas nesse sentido”, avalia Medeiros, da Peixe BR.

O fim da exigência foi anunciado em 27 de junho deste ano pelo Ministério da Economia no “Resumo do Voto da Área Agrícola”. Neste documento, o Conselho Monetário Nacional (CMN) elenca esta medida como forma de incentivar as atividades pesqueira e aquícola. “O RGP não é necessário para investimentos em aquicultura, que se assemelha à atividade pecuária. Essa alteração possibilita destravar as operações de crédito para o setor aquícola”, diz o texto.

Manejo correto evita resistência de fungos

Tema será debatido no V Conbraf que acontece em agosto, em Curitiba



O vazio sanitário da soja, período em que não é permitido haver planta viva da cultura em campo, sob pena de sanções pesadas, começou no dia 10 de julho e segue até 10 de setembro. Essa medida tem uma explicação técnica: manter a população dos fungos causadores de doenças em um nível baixo, para que não tragam prejuízos econômicos. O alvo principal é a ferrugem asiática, doença extremamente agressiva causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*.

Segundo a pesquisadora da Embrapa Soja, Cláudia Godoy, a ferrugem tem alto poder destrutivo. “Se ela incidir cedo e não for controlada, pode acabar inviabilizando a produção”, alerta. Desta forma, a principal commodity agrícola do Paraná poderia registrar prejuízos significativos.

Mesmo com o vazio sanitário, existe uma grande preocupação em relação à evolução destes organismos, que ao longo do tempo vão se tornando mais resistentes aos fungicidas disponíveis no mercado. “O número de produtos com alta eficiência é muito pequeno. Os produtos, na fase de registro, têm a mesma ação. Então, não há nada de novo previsto para os próximos cinco anos”, adianta.

Desta forma, para não acelerar o processo de seleção natural, que aumenta a resistência das populações de fungos a estes produtos, o agricultor só deve aplicar quando for necessário, seguindo, é claro, a recomendação de um engenheiro agrônomo.

A evolução da resistência dos fungos aos defensivos químicos e a importância do manejo adequado destes produtos para retardar o processo serão um dos temas abordados no V Congresso Brasileiro de Fitopatologia (Conbraf), evento realizado em agosto, em Curitiba, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O aumento da resistência dos fungos também é uma preocupação da professora de fitopatologia da Universidade Fede-

ral do Paraná (UFPR) Louise Larissa May, que, assim como a colega da Embrapa Soja, estará no V Conbraf para tratar deste tema. Segundo Louise, a UFPR realiza pesquisas para entender como ocorre o processo de seleção de uma população de fungos que se torna resistente a determinado produto.

“Tem-se notado que a cada ano uma população [resistente] diferente aparece. Na safra 2017/18, um dos nossos [fungos] isolados tinha resistência a três importantes grupos químicos de fungicida. Com isso vão diminuindo as opções de produtos eficientes para o produtor”, explica Louise. “Quanto menos aplicações, menor a seleção natural dos fungos”, postula.

Vale lembrar que além do controle químico, não há alternativas eficazes para o controle de doenças na agricultura em larga escala, de modo que conservar a eficiência dos atuais produtos é essencial. “Demora muito para a indústria desenvolver um produto novo. A melhor estratégia é fazer com que os bons produtos disponíveis fiquem mais tempo no mercado”, aponta a professora da UFPR.

Serviço

V CONBRAF (Congresso Brasileiro de Fitossanidade)

Data: 7 a 9 de agosto

Local: Centro de Eventos da Fiep, em Curitiba

Informações: <http://www.conbraf2019.com.br>

Mix de oportunidades

SENAR-PR lança novo curso de processamento mínimo de hortaliças



Atento às oportunidades no campo e às necessidades dos produtores rurais paranaenses, o SENAR-PR lançou o curso “Trabalhador na olericultura – processamento mínimo – princípios e práticas”. O objetivo é capacitar horticultores e trabalhadores de agroindústrias a preparar esse tipo de alimentos dentro dos padrões sanitários e de boas práticas de fabricação.

Segundo a engenheira agrônoma do SENAR-PR Vanessa Reinhart, a nova formação atende a uma demanda de mercado. “Muitos municípios têm agroindústrias, mas não têm mão de obra capacitada”, afirmou. Alimentos minimamente processados são aqueles que não sofrem alterações nas suas características. Ou seja, trata-se de vegetais frescos que passam por uma série de operações (seleção, classificação, lavagem, descasamento, corte, sanitização, centrifugação e embalagem) que os tornam prontos para o consumo e/ou preparo, como a cebola e couve picadas, *mix* de vegetais para sopa, cenoura e beterraba raladas, mandioca descascada, entre outros. “É uma tendência de mercado. O aumento de consumo se deve principalmente à busca por uma alimentação mais saudável, porém, com cada vez menos tempo para preparar refeições. Assim, esse tipo de produto é mais conveniente e prático”, explica Vanessa.

Além disso, a redução do número de membros nas famílias, e cada vez mais pessoas morando sozinhas, abriu portas para estes produtos, comercializados em pequenas porções, diminuindo o desperdício. Também há demanda crescente para a merenda escolar e restaurantes que já compram os produtos cortados ou ralados em grandes quantidades. Outras vantagens do segmento de alimentos minimamente processados é o aumento do valor agregado da produção.

Curso

Com carga horária de 32 horas divididas em quatro dias de encontros, o novo curso passa por todas as etapas do processamento mínimo, abordando temas técnicos como armazenamento, distribuição, embalagens, além de tratar de temas mais abrangentes como legislação e panorama econômico deste mercado.

Para fazer o curso, o participante precisa ter no mínimo 18 anos e ter feito o curso do SENAR-PR “Produtor na olericultura – colheita e pós-colheita”. Também é necessário um local como uma agroindústria ou unidade de processamento para realização da aula prática. As turmas possuem entre 10 a 15 participantes.

Interessados neste curso precisam procurar o seu sindicato rural ou o escritório regional do SENAR-PR mais próximo.

CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista;
- Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.





PALOTINA

OPERAÇÃO DE DRONES

O instrutor Arnaldo Antunes dos Santos Neto ministrou aulas a oito alunos ao longo do curso “Trabalhador Volante da Agricultura - Agricultura de Precisão - Operação de Drones”, entre os dias 15 e 18 de abril. O evento foi promovido pelo Sindicato Rural de Palotina.



CAMPINA DA LAGOA

JARDINAGEM

Entre os dias 22 de abril e 6 de maio ocorreu o curso “Jardinagem - implementação e manutenção” para 11 alunos. A capacitação ministrada pelo instrutor Geremias Cilião de Araujo Junior foi organizada pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.



UBIRATÃ

OPERAÇÃO DE TRATORES

O Sindicato Rural de Ubatã, Equagril Equipamentos Agrícolas e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ubatã promoveram o curso “Tratorista agrícola - Operação de Tratores e Implementos - NR 31.12”, entre os dias 20 e 24 de maio. O instrutor Lucas David Schemberger treinou nove pessoas.



CASCADEL

BOVINOCULTURA DE LEITE

Nos dias 23 e 24 de maio, um grupo de 14 pessoas participou do curso “Trabalhador na Bovinocultura de Leite - Casqueamento de Bovinos de Leite”, organizado pelo Sindicato Rural de Cascavel e FAG. O instrutor foi Euler Marcio Ayres Guerios.



IMBITUVA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

O Sindicato Rural de Imbituva organizou o curso “Condutores de Veículos - Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP)”, entre os dias 30 de maio e 5 de junho. O instrutor Maurinei Benedito Igerski treinou 15 alunos.



JANDAIA DO SUL

CONSERVAÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

Nos dias 4 e 5 de junho, um grupo de 15 pessoas participou do curso “Produção Artesanal de Alimentos - Conservação de Frutas e Hortaliças - Compotas e Frutas Desidratadas”, promovido pelo Sindicato Rural de Jandaia do Sul. O instrutor foi Cleidimar Rocha de Oliveira.



JAGUAPITÃ

MECANIZAÇÃO

Nos dias 5 e 6 de junho, o Sindicato Rural de Jaguapitã organizou o curso “Produtor Agrícola - Sistema de Plantio Direto – Mecanização”. O instrutor Dácio Antonio Benassi treinou 12 alunos.

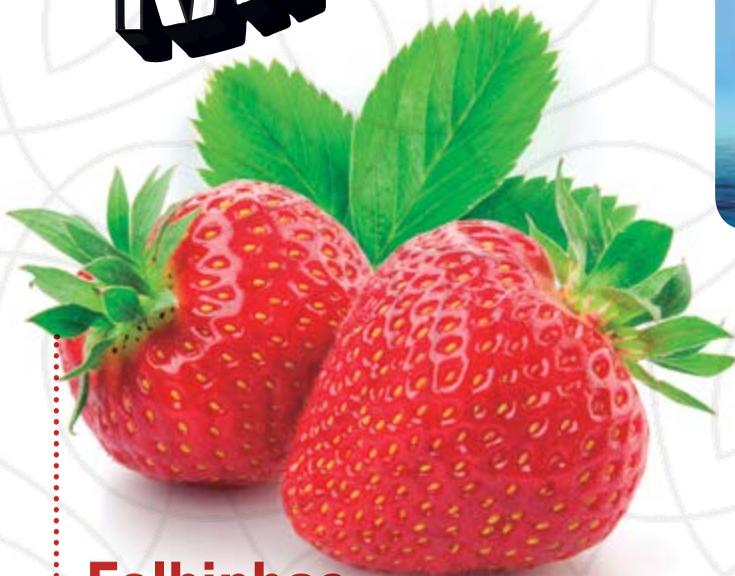


MARINGÁ

MANEJO E ORDENHA

Um grupo de 12 pessoas participou do curso “Trabalhador na Bovinocultura de Leite - Manejo e Ordenha - Instituições de Ensino”, organizado pelo Sindicato Rural de Maringá. O instrutor Thiago Prado Bardy ministrou as aulas entre os dias 2 e 4 de maio.

VIA RÁPIDA



Folhinhas de morango

Pense duas vezes antes de tirar as folhas do morango para comê-los. Não só a fruta é rica em vitamina C, mas as suas folhinhas que ficam no topo também têm grande ação antioxidante, fonte de cálcio, ferro e ajuda a aliviar dores nas articulações.



Corvo que fala

Os corvos são as aves mais inteligentes que existem, equivalente à inteligência dos chipanzés e a dos golfinhos. Devido a isso, aprenderam a se comunicar de forma mais complexa por meio de linguagem corporal e da fala. Sim, os corvos podem falar, assim como os papagaios.

Cisnes reais

Todos os cisnes da Inglaterra e País de Gales pertencem à rainha Elizabeth II por causa de uma lei do século XII, quando a Coroa reivindicou a propriedade das aves para banquetes reais. A lei vigora até hoje, tanto que todos os anos é realizado um censo de cinco dias para contagem dos cisnes em um evento chamado Swan Upping. Mas assegura-se que os cisnes não são mais usados em banquetes reais.



Isso é física

Paris tem um verão que pode chegar a 30 graus, quente o suficiente para dilatar as ferragens da Torre Eiffel e torná-la 15 centímetros mais alta todos os anos.





Lei Seca

Durante a década de 1920, nos Estados Unidos, se instaurou uma lei que proibia a fabricação, venda e consumo de bebidas alcoólicas. A chamada Lei Seca acabou por estimular o contrabando e comércio ilegal de bebidas. Os contrabandistas eram criativos, a ponto de usar sapatos com cascos de vacas nas suas solas para se safarem da polícia e não criar pistas sobre seus paradeiros.

ÁGUA VIVA, PARA SEMPRE!

A espécie de água-viva *Turritopsis dohrnii* é conhecida por ser imortal. Ao invés do animal envelhecer, ele consegue voltar ao seu estágio inicial de vida em qualquer fase do seu desenvolvimento. Tecnicamente, a água-viva se nega a morrer, se regenerando constantemente. Além disso, o animal é capaz de se adaptar ao ambiente, podendo ser encontrado no Mediterrâneo, Panamá, Japão, Espanha e Flórida.

Choro da sorte

Durante o Festival Naki Sumo, no Japão, lutadores de sumô competem um com o outro, mas não para lutarem. Pais levam seus bebês aos templos para serem balançados até chorarem, e vence quem chorar primeiro. Segundo a tradição, o choro indica crianças fortes, atrai sorte e afugenta os maus espíritos.

Pit-stop

O piloto de Stock Car Tim Flock se viu obrigado a realizar um *pit-stop* durante um evento da Associação Automobilística Norte-Americana (Nascar) para retirar um macaco que estava em seu carro (um animal, e não a ferramenta). O animal pertencia ao corredor e estava acostumado a correr junto. Mas nesse dia ele se desprendeu de sua cadeira e atrapalhou o piloto, obrigando-o a parar, o que fez com que Flock conquistasse apenas o 3º lugar.



UMA SIMPLES FOTO



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

